



Clodoaldo Bortoluzi  
Professor Adjunto do Departamento de Economia  
e Finanças da UFCG.

## Dinâmica econômica, trabalho e competitividade

### Resumo:

Há dois conjuntos distintos de razões determinantes do desemprego: a insuficiência de demanda efetiva e o processo de transformação do trabalho e do capital. Nos países desenvolvidos, o problema é contornado pelo recurso ao aumento das exportações, em sua capacidade de gerar postos de trabalho. Este trabalho trata das transformações econômicas que vêm ocorrendo mundialmente, destacando, de um lado, as demissões em massa, a instabilidade no emprego e a exclusão da vida econômica de milhões de trabalhadores e, de outro, a facilidade como as informações põem, lado a lado, os pares fome-pobreza e abundância-desperdício.

**Palavras chave:** Economia, trabalho, dinâmica dos agentes econômicos.

### Abstract

There are two distinct sets of reasons determining the employment: insufficient effective demand and the processes of work and capital changes. In developed countries, the problem is faced thru the increasing exportation, what generates new work positions. This article discusses the economic changes which have been occurring around the world, pointing out , by one hand, the massive firing, the instability in employment and the exclusion of million of workers from the economic life, and , by the other hand, the easy circulation of information, that has put side by side, famine-poverty and abundance-wasting.

**Key Words:** Economy, labor, dynamics of the economical agents.

## 1. Introdução

A dinâmica econômica dos últimos trinta anos foi marcada por um vasto conjunto de mudanças, dentre essas, pode-se destacar: transformações das mercadorias e bens consumidos, transformações nos processos produtivos e transformações na estrutura das transações econômicas e, em especial, na moeda.

A contínua evolução dos produtos e serviços produzidos não responde apenas às necessidades dos consumidores, os quais têm convivido com circunstâncias sucessivamente mutantes, mas, em especial, aos interesses dos conglomerados econômicos.

O processo evolutivo do trabalho e as transformações do capital têm, como conseqüências principais, a marginalização econômica dos grupos e países que não acompanham o grupo de ponta dessas transformações; a elevação da produtividade do trabalho e da produção decorrente do uso de máquinas e equipamentos que substituem a força braçal humana e animal, num primeiro estágio, para em seguida, substituir a própria agilidade e destreza manual dos trabalhadores e, por fim, no estágio atual, substituir, até mesmo, a forma de raciocínio mais eficaz no processo produtivo que é a racionalização funcional. Essas transformações, quando não são geridas em seu desenvolvimento e controladas em suas conseqüências, podem se tornar geradoras de desemprego e de instabilidade do trabalho, de desigualdades e de fermento da degradação social.

O desemprego é uma das maiores fontes das desigualdades e geração de conflitos. Os movimentos de desemprego em massa conduzem uns à opulência e outros à exclusão. Esse é, em síntese, a crise da *sociedade de comunicação* e o problema do presente trabalho. Há, dois conjuntos distintos de razões determinantes do desemprego. Elas podem ser associadas à insuficiência de demanda efetiva e ao proces-

so de transformação do trabalho e do capital. Dependendo das circunstâncias da economia, o desemprego é determinado mais pela insuficiência da demanda efetiva ou pelas transformações ocorridas nos produtos, na moeda, no trabalho e no capital.

A crise decorre da insuficiência de soluções globais. As soluções empreendidas são de ordem microeconômica das empresas e, parcialmente dos países, faltando um esforço universal.

Nos países desenvolvidos é usado o recurso das exportações que é a forma usual de reduzir a ociosidade e o desemprego, pois, na medida em que se eleva a tecnologia, o trabalho se torna mais criativo, conseqüentemente eleva-se a produtividade e os produtos passam a ser mais competitivos no exterior. As mercadorias mudam qualitativamente. A economia dá um salto não só quantitativo, mas também qualitativo, o que determina vantagens competitivas em relação ao exterior. Essa vantagem não ocorre nos países em desenvolvimento, pois as transformações tecnológicas já ocorreram nos países desenvolvidos e, nesse caso, há apenas a vantagem pela mão-de-obra barata que pode tornar os produtos competitivos, mas nesse caso, inexistente mercado interno adequado para os produtos de alta tecnologia.

A crise da *era pós-moderna*, da *sociedade de informação* tem seus fundamentos no desemprego e nas desigualdades econômicas geradoras das desigualdades sociais. E o desajuste econômico se fundamenta no excesso de poder dos agentes microeconômicos em detrimento do poder global. Esse poder dos conglomerados decorre da filosofia econômica que estabelece de forma sofismática o mercado como o condutor soberano da economia, numa estrutura econômica extremamente desigual, na qual, nem de longe, predominam as condições de concorrência.

A estrutura econômica mundial é ineficiente e injusta. Ela é ineficiente

pela elevadíssima capacidade ociosa (Brenner, 2003) e crescente obsolescência. Entre os inúmeros mecanismos de criação de capacidade ociosa, pode-se destacar a estrutura de mercado desigualmente oligopolizada entre as diferentes mercadorias produzidas e exportadas pelos países. Os países mais pobres exportam produtos mais concorrenciais e pagam elevados juros. Por isso, obrigam-se a desvalorizar as suas moedas e a exportar elevados volumes de produtos, contendo muito trabalho e recebendo em troca produtos de reduzido volume de matérias-primas e de trabalho, criando ociosidade nos países ricos, por falta de demanda efetiva, e inflação nos países mais pobres em conseqüência da desvalorização das moedas e dos elevados custos dos produtos importados. O pagamento de juros e o combate à inflação nos países pobres são realizados com evasão de divisas e políticas monetárias restritivas, elevando o desemprego e a insuficiência de demanda efetiva, não só nos países mais ricos, como também, nos países exportadores de matérias-primas.

A ineficiência e a injustiça econômica promovem os desajustes sociais que espalham contendas, seqüestros, crimes, terrorismo, revoluções e guerras. Elas são crises da sociedade, em geral, e dos países, cujos fundamentos, em grande parte, são de natureza econômica. A forma como os conflitos se configuram manifesta o tipo de crise da sociedade e a crise econômica. A análise da forma como se estabeleceram os últimos conflitos nos reportam às características das relações econômicas modernas e ao objetivo deste trabalho. Entre as relações econômicas mais chocantes do atual mundo econômico, destacam-se, por um lado, as demissões em massa, a instabilidade no emprego e a exclusão da vida econômica de milhões de trabalhadores; por outro, a facilidade como as informações põem, lado a lado, a extrema miséria, a fome e a exclusão

e a opulência, a abundância e o desperdício.

## 2. Transformações do capital, do trabalho, da tecnologia, da moeda e suas conseqüências sobre a estrutura produtiva e administrativa das empresas

Com a crise do petróleo na década de 1970 houve um grande esforço na direção da miniaturização. A nanotécnica permitiu avanços significativos na produção de máquinas, equipamentos e produtos finais em tamanhos sucessivamente menores. De forma similar houve transformações na gama de produtos, de uso freqüente, que se deslocaram de bens com forte componente em matéria-prima para produtos mais leves e com elevada tecnologia.

As modificações na estrutura social, a espetacular transformação no setor de informação e as alterações ocorridas no trabalho, na tecnologia, no capital e na própria moeda, certamente, contribuíram para exigir mudança no processo produtivo e na organização produtiva e administrativa das empresas. Por isso, a estrutura administrativa do tipo piramidal e hierárquico deu lugar a uma estrutura mais achatada e com menor amplitude.

As transformações no uso do trabalho e as modificações tecnológicas não são neutras do ponto de vista da estrutura administrativa das empresas. Ao período pré-industrial, no qual se destacavam os artesãos e seus aprendizes, correspondia uma estrutura produtiva familiar. As relações entre mestres e aprendizes fundavam-se em laços pessoais e de autoridade patriarcal. Com a *Revolução Industrial*, a estrutura da indústria mudou, a fábrica se separou da casa, do domicílio e ganhou um espaço próprio. Uma estrutura burocratizada foi criada para administrar a produção.

A máquina substitui trabalho na medida em que um único operador

pode, com auxílio de uma máquina mais moderna, com maior capacidade, substituir um conjunto de outros operadores de máquinas que se tornaram obsoletas. Mas, na medida em que um menor número de trabalhadores ligados à linha de produção e, modernamente, ligados às células de produção são necessários, a parcela significativa da pirâmide administrativa passa a se tornar desnecessária. Além disso, não foram apenas as transformações ligadas à estrutura produtiva que mudaram. A nova era é conhecida como a *era da comunicação*. Os trabalhos de planejamento, de contabilidade, de vendas, de finanças foram altamente facilitados pela expansão e aperfeiçoamento da comunicação.

A crescente mecanização, num primeiro estágio, substituindo a força humana e a força animal e, num segundo estágio, substituindo as habilidades e, a razão instrumental e, também facilitando a comunicação, fez com que a base da estrutura hierárquica da empresa se reduzisse e se transformasse. A base da pirâmide administrativa perdeu parte de seu contingente de trabalhadores pela substituição do homem pela máquina. Especialmente, a qualificação dos trabalhadores de operação fez com que houvesse mudança da forma administrativa, passando a predominar a coordenação onde predominava o comando. A base de operação se reduziu, ainda, pela inteligência artificial e pela mudança dos produtos produzidos. A gama de produtos e serviços foi sendo alterada no tempo. A própria estrutura administrativa foi modificada, especialmente, pela intervenção do processo de comunicação mais ágil. Essas transformações interferiram na estrutura administrativa, exigindo mudanças na pirâmide hierárquica e exigindo redução no quadro da estrutura administrativa. Essas modificações caracterizadas pelo rebaixamento da estrutura administrativa têm constituído o que se costuma chamar de *dowsising*. Esse processo

tem eliminado, principalmente, postos de trabalho da estrutura administrativa. A eliminação ou redução das esteiras de produção, substituídas por ilhas de produção, reduziu especialmente o número de mestres de produção ou administradores de produção.

A utilização intensiva de máquinas, robótica e inteligência artificial alterou ou exigiu transformações no próprio processo de produção. Essas mudanças na estrutura de produção foram chamadas de *reengenharia*. Tanto o processo de *dowsising* como a *reengenharia* foi movimento de redução do número de empregados nas empresas. Essas medidas tomadas pela alta direção das empresas foram acompanhadas de um lado, por esforço de redução de custos e elevação da competitividade e, de outro, por um movimento de globalização da economia.

Na medida em que os custos, em primeiro lugar, da mão-de-obra e, em segundo lugar, do capital se modificaram, houve mudança competitiva e distributiva na própria estabilidade da economia. Devido à inovação tecnológica e à transformação dos instrumentos de trabalho reduziram-se os custos do trabalho. Houve elevação da produtividade e redução do número de trabalhadores. Ao mesmo tempo, elevou-se a obsolescência do capital. Em muitos casos, isso elevou o custo do capital e, tendo em vista que os investimentos são mais instáveis do que a demanda para consumo, toda a economia ficou mais instável, sendo que o fator variável, no curto prazo, é o trabalho.

A transferência distributiva do trabalho para o capital, elevando a instabilidade da demanda, criou inúmeras conseqüências econômicas e sociais. A redução da massa salarial ampliou as condições para a insuficiência de demanda efetiva. O esforço concentrado de combate à inflação criou e completou as condições de elevação de capacidade ociosa e a insuficiência de demanda agregada. Ao mesmo tempo,

a redução dos gastos em consumo de assalariados e a elevação dos gastos com capital, quando transformado, torna mais rapidamente obsoleto, pois de um lado elevou a capacidade ociosa e, de outro, a tornou mais ruíosa, devido à elevação da obsolescência do capital. Daí, o esforço de vendas e de ampliação dos mercados pelas empresas, o qual tende a ser apenas favorável aos países com maior capacidade competitiva em setores de alta tecnologia. Enquanto isso, especialmente a partir da década de 1970, e no Brasil, a partir de 1980, sob a égide do Fundo Monetário Internacional (FMI), com a vigência da política neo-liberal, o Estado se exime de manter controle sobre a demanda e passa a exercer controle da inflação via política monetária.

As transformações no processo produtivo, as mudanças constantes nos produtos como esforço de venda e a necessidade de redução dos custos de estocagem e custos de financiamento exigiram a redução de estoques e, simultaneamente a redução dos produtos em elaboração. Para a concretização de tal exigência contribuíram a evolução da comunicação, a abertura comercial e as facilidades crescentes no transporte. As empresas adotaram um processo altamente ágil em que o tempo de espera da matéria-prima e dos componentes foi reduzido. Esse processo produtivo, com estoque zero ou reduzido, o *just in time*, permitiu maior agilidade às empresas, mas, ao mesmo tempo, foi um fator de redução da estabilidade delas e da própria economia como um todo, uma vez que o capital físico também foi reduzido.

Atualmente, o aprimoramento da tecnologia, a inteligência artificial, as transformações do trabalho, do capital e da moeda estão substituindo trabalhadores no processo produtivo e no setor administrativo intermediário: o trabalho repetitivo pode ser substituído por máquinas; a razão instrumental pode ser realizada total ou parcialmente pela inteligência artificial; como consequên-

cia, milhares e milhões de empregos podem ser queimados. Diante deste contexto, apenas as tomadas de decisão com informação limitada e cambiante necessita de atividade humana. Com isso, o trabalho criativo teve sua importância, sua quantidade e sua estabilidade mantidas. Enquanto que os demais postos de trabalho, mais ligados à execução e à administração, muitos já foram suprimidos, enquanto outros estão em risco real ou potencial de desaparecimento. É importante salientar que, a simples instabilidade dos postos de trabalho eleva a insegurança do trabalhador e da sociedade.

No Brasil, da segunda metade da década de 90 e inícios dos anos 2000, o empresariado brasileiro se uniu ao empresariado internacional, aos banqueiros e ao governo em prol da abertura comercial, da redução das atividades fins (educação e saúde) do Estado. Estabeleceu-se a filosofia do *Estado mínimo*, da flexibilização dos salários, do desmonte dos sindicatos e do arrocho salarial junto com o desemprego. Aparentemente, o empresariado nacional levaria vantagem na medida em que se abrissem possibilidades de exportação, pois com a redução dos custos salariais se elevaria a lucratividade. O empresário, voltado ao mercado nacional, cedeu ao primeiro canto da sereia, embalado pela mídia. Mas, parece que tem escapado a esse empresário, o fato de que a elevação inconstante dos juros e a redução dos salários, tanto em número como em valor, estaria reduzindo o mercado interno ou, ao menos, impunha-se duro ferrete em seu crescimento, dificultando as vendas e a demanda efetiva interna. Além disso, é a demanda interna de consumo que dá estabilidade à demanda efetiva. Conseqüentemente, as limitações da demanda interna determinaram a elevação da sua instabilidade e a redução da demanda efetiva e da receita dos empresários voltados ao mercado nacional.

### 3. Trabalho, dinâmica industrial e sustentabilidade

Muitas são as preocupações com a sustentabilidade do sistema econômico. Os fracassos são muitos e podem ser divididos em insucessos decorrentes do desenvolvimento e da gestão do meio ambiente (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 1991). O desenvolvimento implica no crescimento da produção e do consumo de bens e serviços. O volume de bens e serviços produzidos, por sua vez está diretamente ligado ao nível de bens e serviços consumidos e, em menor grau, à destruição de fatores não renováveis. Produção e consumo são geralmente poluidores.

Especialmente a partir da década de 70, a economia mundial passou a reduzir o consumo proporcional de matéria-prima para a produção do mesmo nível de bens e serviços e, nesse sentido, torna-se possível produzir bens e serviços que atinjam seus objetivos, acarretando menores danos aos recursos. Mas, isso não é neutro do ponto de vista do emprego e da distribuição dos benefícios do progresso entre os grupos sociais e entre as nações. Até porque, uma parcela do crescimento e do desenvolvimento econômico continua sendo realizada a partir da elevação global dos bens e da mecanização.

A questão da preservação e da conservação de recursos choca-se diretamente com a mecanização (Sturm, Fandiño & Adams, 1988) na medida em que a força física do homem é substituída pela força da própria natureza. Isso porque a energia da natureza utilizada é crescente e incomparavelmente maior do que a força do homem e, em consequência, a destruição de recursos não-renováveis se eleva constantemente. O consumo de bens e serviços é incomparavelmente maior nos países desenvolvidos e cresce com o processo de desenvolvimento, conduzindo a uma destruição de fatores na-

turais em ritmo acelerado, mais que proporcional ao crescimento da população.

Outros economistas (Hicks, 1984; Hayani, 1988) preferem atribuir o desenvolvimento econômico às condições naturais (nas quais se fixa o homem), tais como a terra e os seus recursos climáticos, por exemplo. Esses recursos seriam capazes de determinar vantagens comparativas e de criar condições para maior ou menor desenvolvimento econômico. Todavia, com a redução da taxa de natalidade, com a redução do uso de matéria-prima em produtos e fatores, as condições naturais perderam importância.

O sociólogo Weber (1999) associa o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento da racionalidade da cultura ocidental. Na medida que essa capacidade racionalista foi aplicada ao direito e à administração da produção e, semelhantemente associada à capacidade de poupança, criaram-se os elementos fundamentais da produção capitalista: empreendimento, capital e trabalho. Com a constante substituição da racionalidade funcional humana pela inteligência artificial e a constante especialização do trabalho, a questão necessita ser retomada em outras bases, pois uma parcela crescente do trabalho é excluída do processo de industrialização.

Com bastante propriedade, Schumpeter (1997) atribui o desenvolvimento econômico a um conjunto de fatores: descoberta de um novo produto, de um novo processo de produção, de novos fatores produtivos e de novos mercados. Pode-se perceber que esse economista associa o desenvolvimento econômico, especialmente, à inteligência criativa aplicada ao processo produtivo, de forma a transformá-lo, permitindo um salto de produtividade. Nesse contexto, o empresário empreendedor e o banqueiro desempenham um papel importante, pois as novas descobertas, só se tornam bem sucedidas quando um empresário empre-

endedor e um banqueiro que confia nos empresários empreendedores permitem que a produção se realize em novos parâmetros (Schumpeter, 1997 e 1974). Embora, nos últimos tempos, tenha prevalecido a visão microeconômica, a crescente influência da comunicação e globalização fazem sentir a necessidade de planejamento, coordenação e controle nacionais e supranacionais.

Schumpeter (1974) percebeu que na medida em que o trabalho é o grande, ou o único, fator de produção, o desenvolvimento econômico só poderia decorrer da forma de execução desse trabalho, através do *empresário empreendedor*. Enquanto que o capital e a natureza são apenas coadjuvantes para que o trabalho se realize essencialmente na sua forma mais eficaz e transformadora do próprio trabalho e do capital que é a criatividade.

Os recursos naturais são um importante condicionante para que a produtividade do trabalho seja superior ou inferior, dentro de um mesmo processo produtivo, característica do capital e nível de racionalidade. Além disso, mantida a tecnologia e o mesmo nível e características da racionalidade do trabalho, maiores níveis de capital elevam a produtividade do trabalho. No entanto, é a forma de racionalidade aplicada ao processo produtivo e a maneira como o homem contribui com sua ação – física, habilidades, com sua emotividade, com a racionalidade instrumental ou capacidade criativa – que determina o volume e as características, tais como, seu valor de mercado, dos bens e serviços. A forma de racionalidade contida no capital produtivo é o determinante fundamental da produtividade e da remuneração do trabalho e do desenvolvimento associado ao conjunto da economia, em que esses fatores se realizam. Necessário se faz, no entanto, que os demais elementos constantes do sistema econômico não impeçam a realização da produção. Entre esses elementos, po-

dem ser destacados: o sistema monetário, o nível e as condições de realização da demanda efetiva.

Na etapa em que a destreza associada ao capital era o fundamento da economia, quanto maior a destreza dos trabalhadores, maior o desenvolvimento econômico associado ao trabalho. Quando a racionalidade instrumental representava o fundamento da estrutura produtiva e administrativa, permitindo a elevação da produtividade, quanto maior a racionalidade aplicada à estrutura produtivo-administrativa maior o desenvolvimento econômico associado à estrutura produtiva correspondente. Na atividade econômica atual, em que a própria racionalidade instrumental passa paulatinamente a ser substituída pela inteligência artificial, apenas os centros de alta inteligência criadora e transformadora do capital e do trabalho detêm as vantagens em relação aos outros centros baseados em racionalidade funcional e, especialmente, no trabalho de alto adestramento e habilidades e no trabalho físico.

A inteligência criadora é, atualmente, o elemento central do processo de desenvolvimento econômico. Os demais fatores, como a natureza, o volume de capital, os mercados disponíveis e as políticas capazes de fazer com que todo o trabalho disponível seja eficazmente utilizado, completam as condições do desenvolvimento. Diante dessas considerações é válido salientar que para Weber (1999) a racionalidade é o grande fator determinante do desenvolvimento, enquanto que, para Schumpeter (1997), a *destruição criadora* operada pelo *empresário empreendedor* passa a centralizar o processo de desenvolvimento. Ambos, Weber e Schumpeter, se ocupam da razão e da criatividade no trabalho, enquanto Keynes passa a se ocupar das políticas capazes de manter o pleno emprego. Com a contínua inovação tecnológica, a contribuição humana se transforma continuamente e se torna sucessivamente cada vez mais eficaz, mas não



basta, é imprescindível que todos sejam incluídos nesse processo. Nesse contexto a educação é um fator determinante por ser um elemento indispensável para que as transformações no processo produtivo do próprio trabalho e do capital se operem. Além disso, a própria compreensão das transformações e seus efeitos sobre o desenvolvimento e da preservação dependem do nível de consciência social e cultural.

Em nossos dias (2005), apenas os países desenvolvidos ocupam grande parte de sua população ativa em atividades racionais e de criação, utilizando a força da natureza para a obtenção dos bens finais. Enquanto que, nos países em desenvolvimento, grande parcela da população usa sua própria força física para a atividade produtiva. Se toda a população economicamente ativa mundial utiliza-se a mais alta tecnologia e toda a atividade humana produtiva usasse a racionalidade e a criatividade na submissão da natureza, a produção de bens seria potencializada, mas ao mesmo tempo a destruição poderia ser avassaladora. Das considerações precedentes surge a questão da possibilidade e da capacidade da natureza para que todo trabalho e em todos os povos seja realizado conforme a essência da própria natureza humana que é sua capacidade criativa e racionalidade.

Para que o ciclo de desenvolvimento se tornasse possível em todos os países seria necessário que os já industrializados reduzissem drasticamente o nível de poluição atual, especialmente, nas camadas da população de consumo afluente, para que outras camadas menos favorecidas pudessem elevar seus níveis de consumo e bem-estar econômico. Além disso, para que outros países possam ingressar nos padrões de desenvolvimento das nações avançadas é necessário que todos adotem medidas de redução de emissão de poluentes, em relação ao volume de bens e serviços produzidos, redu-

zindo suas atividades mais poluidoras e aumentando o nível de produção e consumo em atividades e em formas através das quais o desenvolvimento fosse sustentável.

As racionalidades objetiva e criadora aplicadas apenas à capacidade produtiva e administrativa, provavelmente mantêm o mesmo nível de consumismo e desperdícios vigentes nas comunidades mais desenvolvidas. Fato que, evidentemente não permitiria que todos os povos conseguissem o mesmo nível, em função dos excessos de poluição determinados pelo nível de consumo e de lixo provenientes da sociedade. Para que seja possível o contínuo crescimento da população e, ao mesmo tempo, uma melhor participação dos avanços do desenvolvimento a todos os povos, através de uma melhor distribuição de renda e de um crescimento mais acelerado dos povos menos desenvolvidos, seria necessário que a inteligência criadora, não só fosse aplicada ao processo produtivo e administrativo de forma a maximizar a produção, mas fosse aplicada, com a mesma intensidade no processo de minimização dos rejeitos do consumo e da produção. Além disso, seria necessário também que o processo produtivo utilizasse, com maior propriedade, os fatores renováveis. Certamente, a visão microeconômica, que é orientada pelo mercado, não conduz ao desenvolvimento sustentado e a visão maximizadora de lucro de curto prazo não contempla uma visão de longo prazo capaz de garantir a sustentabilidade e nem o nível de emprego capaz de reduzir as injustiças sociais.

Para que a orientação global do processo econômico garanta o crescimento sustentável, são indispensáveis a orientação e o planejamento racional a nível nacional e internacional para além do mercado. Uma economia gerida pelo mercado e apenas controlada *ex post* por processos legais punitivos de catástrofes ambientais não garante o desenvolvimento global sustentável.

Há um dilema difícil de ser resolvido entre a manutenção do consumo dos principais países desenvolvidos, seu alto nível de poluição e as possibilidades de elevação do consumo dos países pobres. Na medida em que todos os países atingissem o nível de poluição por pessoa dos países mais desenvolvidos, o Planeta Terra não suportaria o nível de poluição. As possibilidades de melhoria do nível de consumo das populações marginalizadas estão associadas às mudanças de hábitos das populações ricas, tornando-os menos individualistas e menos predadores dos recursos não-renováveis e dos níveis de poluição do ar, da água e do solo.

#### 4. A ação do Estado e a insuficiência de investimentos públicos

A ocorrência de alto nível de desemprego, na maioria dos países em desenvolvimento, e parcialmente, em países desenvolvidos, decorre não só do processo de transformação do trabalho, da tecnologia, do capital e da moeda, isto é, da própria conjuntura das transformações, pelas quais passa a economia mundial, mas, em especial, da forma como são conduzidas as políticas econômicas, monetária e fiscal internacional e nacional na maioria dos países.

Em período recente, em especial, nos países periféricos, a insuficiência de investimentos do Estado tem decorrido fundamentalmente da prioridade dada à política monetária e à política de juros em detrimento de uma política de investimentos, de crescimento econômico e de redução do desemprego. As decisões monetárias de pagamento de juros e do Fundo Monetário Internacional (FMI) são estabelecidas, *a priori*, antes mesmo da elaboração do orçamento da União, e este se subordina às necessidades de arrecadação para pagar os juros.

Apesar da política econômica Na-

cional seguir o receituário liberal, a norma de que, em concorrência, os recursos devem ser contratados pelo valor do produto marginal não é respeitada. As empresas, que pagarem a um ou mais dos recursos valor maior do que seu produto marginal, irão se ver, rapidamente, em dificuldades financeiras. Os capitais só deveriam ser atraídos para um determinado país quando o retorno do capital superasse seu custo financeiro. Para que o país não seja onerado além das possibilidades futuras, os recursos só podem ser atraídos no limite em que o crescimento real da economia, isto é, descontada a inflação, supere os custos do capital. Se o crescimento de um determinado país, em termos reais, for de 3% ao ano, haveria vantagem em atrair recursos a juros reais menores de 3% ao ano. Taxas de risco acima de 3% ao ano, além da taxa de juros internacionais, normalmente inviabilizam qualquer recurso ao capital de risco internacional. Os trabalhadores serão chamados a pagar a conta com baixos salários e desemprego para cobrir a diferença entre o custo do capital e seu retorno em crescimento nacional. No Brasil, desde a segunda metade da década de 90, até os dias atuais (fins de 2004), foram atraídos capitais a taxas incompatíveis ao seu crescimento, comprometendo o crescimento, não apenas nesse período, mas por mais tempo.

O crescimento do montante de recursos necessários ao pagamento do capital, somado a taxa de juros, não deveria superar o crescimento econômico do país, do contrário, os valores do empréstimo, mais os juros, se tornarão impagáveis, através de seu retorno ou serão pagos com o sacrifício do crescimento, dos baixos salários e do desemprego. Ao decidir quanto deve ser reservado do orçamento para o pagamento de juros – 3% ou 4,5% de superávit primário – antes de traçar o perfil conjunto da economia e das prioridades – isto é, antes da elabora-

ção do orçamento da União, bem como, do estabelecimento da taxa de juros que é a remuneração do capital financeiro, apenas tendo como parâmetro o controle da inflação – tem sido dada prioridade absoluta aos interesses do capital especulativo internacional e nacional, em detrimento de políticas voltadas aos investimentos sociais e de produção, capazes de dinamizar a economia e elevar o nível da atividade econômica ao pleno emprego. Essa política de prioridade aos bancos e ao juro tem reduzido a própria capacidade das empresas pela estagnação do mercado consumidor, da demanda agregada. Na medida em que o nível de desemprego cresce e a massa salarial se contrai ou tem baixa expansão, as empresas encontram dificuldade na venda de seus produtos no mercado nacional. No mercado internacional, as barreiras tarifárias e não-tarifárias associadas ao caráter de competição imperfeita, à inovação tecnológica, à disponibilidade de capital e às dificuldades de informação, informação assimétrica, o conhecimento e as políticas adotadas têm sido privilégio de algumas empresas e setores da economia.

O orçamento do setor público, dos municípios, dos estados e da federação é limitado. Os recursos disponíveis são limitados e os usos alternativos. A prioridade ao setor monetário e financeiro relega obrigatoriamente outros setores e objetivos a um plano inferior. As condições para que seja atingido o nível potencial da atividade econômica exige condições reais de ação sobre os investimentos, mas na medida em que eles forem desviados ao setor financeiro para o pagamento de juros, a política fiscal fica prejudicada. A atividade produtiva privada, pela simples ação dos agentes econômicos isoladamente, não garante a absorção automática de todos os postos de trabalho necessários para absorver a População Economicamente Ativa (PEA) crescente na maioria dos

países pobres. O Estado sem recursos e dependente de pressões alienígenas não tem condições reais de priorizar a estabilidade da atividade econômica e o pleno emprego.

Nas empresas, tendo em vista a capacidade ociosa, a prioridade é dada ao departamento de vendas, em detrimento da produção. Para cada empresa, *ceteris paribus*, isto é, tudo o mais constante, quando ela amplia a exposição de seus produtos à mídia, suas vendas se expandem. Mas, na medida em que todas as empresas ampliam o esforço de propaganda, só faz elevar os gastos em publicidade e, eventualmente, diferenciar as empresas, entre as que têm recursos de propaganda, junto aos meios de comunicação de massa e as que não dispõem de recursos suficientes. Num primeiro instante, as compras e a demanda agregada podem se expandir, elevando o endividamento junto ao sistema bancário, mas isso compromete, ainda mais, a demanda agregada futura, tendo em vista a restrição da demanda agregada. Sem a expansão da demanda agregada, o crescimento das vendas de uma empresa, ou setor, corresponde a redução de outras empresas ou setores. No caso específico da propaganda, repete-se o *sofisma da composição* tantas vezes presente na economia o que é válido para um agente econômico isolado não é válido necessariamente para a economia como um todo.

As empresas praticam as mais variadas políticas de marketing, tentando atrair compradores ou usuários dos serviços, tendo em vista que as mesmas trabalham com uma elevada margem de capacidade ociosa, e esta é uma determinante do nível de custos. Para o mesmo nível de ociosidade, as perdas se elevam proporcionalmente à elevação da obsolescência e com a elevação dessa, os custos de depreciação crescem rapidamente com o crescimento da capacidade ociosa.

## 5. Bibliografia

- BRENNER, Robert (2003). *O boom e a bolha*. Rio, Record, 414 p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1988). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430 p.
- HAYANI, Yujiro & RUTTAN, Vernon W. D. *Desenvolvimento agrícola: Teoria e experiências internacionais*. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/ EMBRAPA, 583 p.
- HICKS, J. (1937). Mr. Keynes and the Classic: A Suggested Interpretation. London. *Econometrica*, n. 5, p. 147-159.
- \_\_\_\_\_. (1984). *Valor e Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 276 p.
- KEYNES, John Maynard (1983). A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. In: \_\_\_\_\_. *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 333 p.
- STURM, Alzemiro E.; FANDIÑO, Juan M. M. & ADAMS, Reinaldo I. (1988). Modernização e práticas de conservação do solo em pequenas e médias propriedades rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, nº 3, v. 26, p. 307-316.
- SCHUMPETER, Joseph, A. (1974). A instabilidade do capitalismo. In: .... *Os clássicos da economia*. São Paulo: Ática, p. 69-96.
- \_\_\_\_\_. *Capitalisme Socialisme et Democratie*. Paris: Payot, 1974, 456 p.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999, 233 p.